

INTEGRAÇÃO AMBIENTAL PARA REDUÇÃO DA POBREZA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

A RELEVÂNCIA DA INTEGRAÇÃO AMBIENTAL PARA A REDUÇÃO DA POBREZA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL



A gestão ambiental contribui para a redução da pobreza em termos de sua relação com os meios de subsistência, resiliência aos riscos ambientais, saúde. Assim gestão ambiental joga o papel importante para alcaçar dos ODMs.

Os pobres dependem de forma desproporcionada dos solos, da água, da vida selvagem e dos outros activos ambientais. A nível do agregado familiar, os pobres com acesso limitado aos activos financeiros, humanos, ou físicos muitas vezes têm apenas como base de sua subsistência, os activos ambientais. Estes activos podem, no mínimo, actuar como rede de segurança – evitando que as pessoas caiam futuramente na pobreza – mas as vezes oferecem 'uma via de escape do ciclo de pobreza'¹.

Tais níveis de dependência e vulnerabilidade sugeriam que o retorno do investimento ambiental pode ser alto. Isto foi evidenciado numa revisão de 400 análises económicas separadas². Mesmo com hipótese conservadoras, as análises identificaram taxas promissoras de retorno de investimentos em gestão ambiental:

TAXAS DE RETORNO DE INVESTIMENTOS EM GESTÃO	
Controlo da poluição do ar	<15:1
Água potável e saneamento	<14:1
Prevenção dos desastres naturais	<7:1
Conservação do mangal	<7:1
Preservação do recife de coral	<5:1
Preservação dos solos	<4:1

Estas taxas seriam ainda mais altas se as estimativas considerassem um horizonte temporal mais longo, e às diferentes necessidades dos pobres fosse atribuída a devida medida.

Abastecimento de água e saneamento poupa tempo (isto é, o tempo de caminhar longas distâncias para buscar água) que se traduzem em maior produção económica e da produtividade, bem como uma maior frequência escolar. A redução da incidência de doenças transmitidas pela água também são uma fonte significativa de benefícios².

Medidas de **conservação do solo**, como terraços, muros de pedra e valas de des-

vio e diversificação de culturas têm altos retornos. Valor económico de tais benefícios seriam ainda maiores se a avaliação inclui também outros benefícios significativos de prevenção a degradação da terra, incluindo a melhoria da segurança alimentar, aumento da frequência escolar (devido à diminuição na demanda de trabalho infantil), melhoria do acesso ao financiamento para os agricultores (com base na melhor qualidade de terra), a protecção dos habitats vulneráveis para a manutenção da biodiversidade e redução da contribuição para o aquecimento global².

A substituição dos combustíveis de biomassa tradicional utilizada pelos pobres trará múltiplos benefícios em termos de poupança de tempo (para as mulheres e crianças que actualmente passam horas por dia coletando combustível), melhoria da saúde humana (devido à melhor qualidade do ar interior), reduziu os danos ambientais resultantes do corte de lenha, e melhorou a qualidade do solo (em vez queimár os excrementos de animais, eles são retornados aos campos dos agricultores)².

Investimentos em **conservação** pode ajudar a proteger ecossistemas intactos de conversão ao usos menos diversos, como a agricultura. Quando cuidadosamente concebido e gerido, os pobres ganham de conservação. Por exemplo, os investimentos em conservação da vida selvagem podem ajudar os pobres quando os benefícios da conservação, principalmente na forma de receitas do turismo, são partilhados de forma equitativa com as comunidades locais. Experiência na África do Sul mostrou que a conservação da vida selvagem pode ser mais rentável do que usos tradicionais, como a criação de gado².

Sistemas agroflorestais, uma opção de conservação que incorpora as florestas e habitats dos animais selvagens com terras agrícolas, produz altos retornos dos investimentos. Os estudos económicos de florestas mangais mostram consistentemente que a conservação é economicamente atrativo².

Os investimentos numa melhor **gestão das pescas sobreexploradas** pode produzir importantes benefícios económicos e ecológicos, devido ao redução do esforço de capturas.²

AMBIENTE, E SUBSISTÊNCIA, SAÚDE, RESISTÊNCIA AO RISCOS, DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Contribuição da gestão ambiental para a redução da pobreza e o desenvolvimento nacional pode ser conceituada em termos de sua relação com os meios de subsistência, resiliência aos riscos ambientais, desenvolvimento econômico e saúde.

Modos de vida melhorados (subsistência). Os ecossistemas oferecem serviços com os quais os pobres contam desproporcionalmente para o seu bem-estar e

para as necessidades básicas: habitação, alimentação, água, medicamentos tradicionais, entre outros. A população depende igualmente do ambiente para o seu rendimento em sectores como pescas, florestas e turismo, quer através do mercado formal quer do informal. Por exemplo, cerca de 85% da população economicamente activa em Moçambique trabalha no sector agrícola, e contribui com cerca de 26% do Produto Interno Bruto⁶.

RECURSOS NATURAIS E SERVIÇOS DE ECOSISTEMAS — IMPORTÂNCIA PARA SUBSISTÊNCIA DOS AGREGADOS FAMILIARES RURAIS

As análises dos aspectos sócio-económicos das **florestas costeiras de Moçambique** confirmam que o modo de vida da população da costa é suportado por recursos como a madeira, materiais de construção, frutas, tubérculos, carne, mel, plantas medicinais. Autores estimam que **o valor do uso das plantas medicinais das florestas costeiras pode atingir 80 milhões de USD por ano**³.

Para as 200 famílias da **aldeia Djabula no Distrito de Matutuine, na província de Maputo**, os produtos florestais representam 93% da sua **renda média anual estimada em cerca de 500 USD por família** (63% provenientes do carvão e 30% das bebidas tradicionais feitas a partir do palma *Hyphaene sp*)⁴.

Um estudo na Zona húmida de **Ga-Mampa, na bacia hidrográfica do rio Olifants** na África do Sul estima que a contribuição das terras húmidas para a subsistência da comunidade local constitui o valor financeiro líquido de **\$411 por agregado familiar anualmente**. Contudo, grande parte dos materiais colhidos da bacia hidrográfica são usados para a subsistência dos agregados familiares e raramente são vendidos⁵.

Estima-se que o valor financeiro total líquido para os agregados familiares em termos de consumo doméstico e rendimento monetário no uso do recurso natural da **zona húmida do Delta de Rufiji, Tanzania** seja **\$575 por agregado familiar por ano**, grande proporção do qual é realizada como rendimento em dinheiro. Acima de 70% deste valor é atribuível às pescas efectuadas na área⁵.

Saúde melhorada. As condições ambientais contribuem com uma proporção significativa de riscos de saúde para os pobres. Factores de risco ambiental, tais como exposições ocupacionais a produtos químicos e poluição intradomiciliar do ar a partir do uso do combustível lenhoso pelos agregados familiares, jogam um papel em mais de 80 por cento das doenças regularmente reportadas pela Organização Mundial de Saúde. As doenças endémicas tais como a malária e a cólera (representam a maioria absoluta das doenças de notificação obrigatória em Moçambique)⁷ e são consequência directa de drenagem, saneamento, gestão

dos resíduos sólidos e sistemas de abastecimento da água deficientes. O custo para a economia Moçambicana de falta de fornecimento de água potável e do fraco saneamento traduzido no aumento da morbilidade e mortalidade foi estimado em 180 milhões de USD por ano, representando 2.8% do PIB, enquanto os custos de poluição do ar intradomiciliar foram avaliados em 68 milhões de USD/ano e 1.1% respectivamente⁹. O melhoramento das condições ambientais prejudiciais à saúde da população requer uma planificação adequada, investimento a favor dos pobres e infra-estruturas melhoradas.

IMPACTO DO AMBIENTE NA SAÚDE

A OMS analisou e compilou informação de todos os seus estados membros sobre os impactos na saúde causados por riscos ambientais em cada país. Dados sobre Moçambique indicam⁸:

- Número de mortes anuais devido à insuficiência da água, higiene e saneamento: 17,000
- Número de mortes anuais por poluição intradomiciliar do ar: 11,100
- Número de mortes que poderiam ser evitadas modificando o ambiente como um todo: 70,500



Resistência aos riscos ambientais. Moçambique é fortemente vulnerável a variabilidade climática. Na verdade, “os choques da água”, tais como as cheias e a seca acarretam altos custos sobre o crescimento da economia Moçambicana. Estima-se que Moçambique experimenta cheias que em média custam cerca de US\$240 milhões em cada 4 anos e seca que custa cerca de US\$45 milhões em cada 3-4 anos. Isto traduz-se em danos superiores a US\$70 milhões anualmente⁹. Estes custos irão certamente aumentar por causa das mudanças climáticas. Os pobres são mais vulneráveis aos desastres naturais tais como cheias e seca, os efeitos das mudanças climáticas e outros choques ambientais que ameaçam os seus meios de vida e minam a segurança alimentar. A seca de 2002/2003 afectou os meios de vida de 640,000 Moçambicanos, enquanto as intensas chuvas de 2000-2001 causaram a morte de cerca de 700 pessoas, e desalojaram mais de 1 milhão¹⁰. Melhoramento da forma como os recursos ambientais, tais como as florestas, os rios, os mangais, as dunas, os recifes de coral, bem como, as águas transfronteiriças são geridas aumenta a resistência aos riscos ambientais, dos Moçambicanos pobres e a segurança dos seus



Desenvolvimento Económico. A qualidade ambiental contribui directa e indirectamente para o desenvolvimento económico e emprego. Em Moçambique estas contribuições são particularmente importantes em sectores como a agricultura, exploração mineira, florestas, pescas e turismo. O sector da pesca marinha em Moçambique é muito importante, empregando entre 75.000 e 80.000 pessoas de um total de estimado em 480.000 pessoas economicamente dependentes deste sector. Colectivamente, as pescas produzem 100.000 a 120.000 toneladas de pescado por ano, e contribuem com cerca de 30-40% do total dos rendimentos de exportação para o País¹¹. Os rendimentos públicos dos recursos naturais (pescas, florestas, exploração mineira e terra agrícola) situava-se em 30 milhões de USD em 2003. De acordo com estimativas do Banco Mundial o valor poderá exceder 200 milhões em 2015, desde que sejam feitas

Fontes:

- ¹ World Resources Institute. 2005. The Wealth of the Poor: Managing Ecosystems to Fight Poverty. World Resources Report 2005. WRI, Washington D.C
- ² UNDP 2005 Investing in Environmental Wealth for Poverty Reduction. UNDP, New York, www.unpei.org/PDF/InvestingEnvironmentalWealthPovertyReduction.pdf
- ³ G. Albano: Coastal forests of Mozambique. Socio Economic Aspects, 2004
- ⁴ FAO, Access to Natural Resources Subprogramme, download de Nov 10, 2009 <http://www.fao.org/docrep/007/j3619e/j3619e07.htm#TopOfPage>, com a referencia: Pereira & Cossa, 2001 A transformação do licenciamento de corte de carvão dos transportadores para os produtores, Paper presented to the 2nd National Conference on CBNRM, DNFFB/FAO/IUCN, Maputo, 2001.
- ⁵ <http://www.eyes4earth.org/casebase/fulltext.shtml?x=509>
- ⁶ INFTRAB 2004/5; and “Contas Nacionais Anuais”, from www.ine.gov.mz
- ⁷ Calculated on basis of data from INE: http://www.ine.gov.mz/sectorias_dir/saude_dir/ev_nc (based on Min. da Saúde, Dir. Nac. de Planificação e Cooperação)
- ⁸ Country profile of Environmental Burden of Disease, Mozambique: WHO, Public Health and the Environment, Geneva, 2009, available from http://www.who.int/quantifying_ehimpacts/national/countryprofile/intro/en/index.html.
- ⁹ AFD (2009) “Natural Resources, Environment and Sustainable Growth in Mozambique.”
- ¹⁰ Republic of Mozambique (2005) “Report on the Millennium Development Goals”
- ¹¹ European Commission (2006) “Preparation of the Country Environmental Profile for Mozambique”
- ¹² World Bank (2005) “Mozambique Country Economic Memorandum”

INTEGRAÇÃO AMBIENTAL PARA REDUÇÃO DA POBREZA E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

A INTEGRAÇÃO AMBIENTAL E ODMs

Contribuição da gestão ambiental para a redução da pobreza e o desenvolvimento nacional pode ser vista através das lentes dos ODM, como mostrado na tabela abaixo.

OBJECTIVOS	CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO AMBIENTAL PARA ALCANCE DOS ODM
<p>Pobreza</p> <p>1. Erradicar a pobreza extrema e a fome</p>	<p>A subsistência e a segurança alimentar dos pobres depende de forma directa da viabilidade e produtividade dos ecossistemas e da diversidade dos serviços que os mesmos oferecem.</p> <p>Muitas vezes os direitos de acesso à terra, água e demais recursos naturais pelos pobres são inseguros, bem como é inadequado o acesso à informação, aos mercados e a participação na tomada de decisões que afectam o seu acesso aos recursos e uso, limitando deste modo a sua capacidade de fazer o uso sustentável dos recursos ambientais para a melhoria da sua subsistência e bem estar.</p> <p>A vulnerabilidade aos riscos ambientais—tais como as cheias, a seca e os impactos das mudanças climáticas — enfraquecem as oportunidades de subsistência das pessoas e as estratégias de melhorar a vida, limitando assim a capacidade de se libertarem a si próprias da pobreza ou de evitar cair na pobreza.</p>
<p>Género e educação</p> <p>2. Alcançar a educação primária universal</p> <p>3. Promover a igualdade de género e empoderar a mulher</p>	<p>A degradação ambiental contribui para o aumento do peso sobre a mulher e a criança (especialmente as raparigas) em termos de tempo necessário para a busca da água e lenha, assim reduzindo o tempo que têm para as actividades de educação, geração de renda ou recreação.</p> <p>Incluindo o ambiente no curriculum do ensino primário pode-se influenciar o comportamento dos mais novos e seus pais, apoiando um modo de vida sustentável.</p> <p>Muitas vezes, As mulheres jogam um papel limitado na tomada de decisões, ao nível comunitário e ao nível de formulação de políticas, o que impede que as suas vozes sejam bem ouvidas, particularmente com respeito às suas preocupações relativas ao ambiente.</p> <p>As mulheres muitas vezes têm menos direitos e acesso difícil à terra e aos recursos naturais, o que limita as suas oportunidades e capacidade de ter acesso aos activos de produção.</p>
<p>Saúde</p> <p>4. Reduzir a mortalidade infantil</p> <p>5. Melhorar a saúde materna</p> <p>6. Combater o HIV/SIDA, a malária e doenças graves</p>	<p>As diarreias, as infecções respiratórias e a malária lideram a lista das doenças causadas pelas condições ambientais evitáveis em Moçambique. As medidas de prevenção dos danos à saúde por causas ambientais são muito importantes, e muitas vezes economicamente mais viáveis, do que o tratamento das doenças resultantes.</p> <p>A malária constitui um grande problema da saúde pública em Moçambique. Estima-se que nos hospitais, 40% de casos de entrada, e 60% de casos pediátricos sejam consequência da malária e mais de um terço de mortes de crianças com idade abaixo dos cinco anos esteja associado a malária. A malária pode-se agravar como resultado da desflorestação, perda de biodiversidade e má gestão da água.</p> <p>Estima-se ainda que cerca de 80% da população Moçambicana usa combustíveis lenhosos. As crianças, muitas vezes a dormir próximo da lareira, e tipicamente as mulheres trabalhando na cozinha, são mais expostas à poluição do ar intradomiciliar devido ao uso dos combustíveis sólidos, o que afecta a sua saúde.</p> <p>Riscos ambientais, tais como desastres naturais, cheias, seca e os efeitos das mudanças climáticas, afectam a saúde das pessoas e podem constituir uma ameaça à vida.</p>
<p>Garantir a Sustentabilidade Ambiental</p> <p>(Aumentar o acesso à água potável e ao saneamento)</p>	<p>Acesso à água e saneamento é um precursor necessário para as outras formas de desenvolvimento. Sem acesso adequado a estas facilidades, o tempo gasto na busca da água, a renda do agregado familiar gasta no tratamento médico e na compra de água, entre outros factores contribuem para que as pessoas continuem na armadilha da pobreza.</p> <p>As intervenções em prol de melhor abastecimento de água e saneamento por si só, exercem um impacto significativo sobre a pobreza através do aumento quer das oportunidades económicas quer do rendimento disponível do agregado familiar, quer ainda, através da redução dos casos de doença e despesas afins.</p> <p>Com menos tempo gasto em busca da água, a mulher poderá passar mais tempo a trabalhar para ganhar dinheiro e melhorar as suas condições de vida e das suas famílias.</p>

Fontes:

Adaptado do PEI Handbook 2008

WHO (2009) "Country Profile of Environmental Burden of Disease"

Government of Mozambique (2008) "Report of the Millennium development Goals"

<http://www.afro.who.int/malaria/country-profile/mozambique.pdf>

WHO (2009) "Country Profile of Environmental Burden of Disease"s